

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares
1º Encontro da Política Municipal de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

ATA DE REUNIÃO

Pauta: Única - Política Municipal de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

Participantes poder público: Yara Toscano (SAP - CRSC), Zoraide Caobianco Modenutte (DPE - NESCE), Samuel Friedman (DPE), Evelyn Barbosa da Silva (NDH - Jabaquara e Capela do Socorro), André Vinicius Garcia (FUNAP), Nathalia Prince (SMDHC - ODH); Surrailly Youssef (DPE - NCDH), Camila Tourinho (DPE - NESCE), Anna Trotta Yaryd (MPSP), Nathane Gabriele Monteiro (CAMCrim/Criança e Adolescente), Thaís Lima Vieira (PPCAAM), Raquel Álveres Pintan (SAP - CRSC), Maria Fernanda Varize Malvestiti (DPE), Tânia Biaziolini (DPE), Vanessa Paes (SMDHC - ODH), Giovanna Carlos (SMDHC - Egressos), Paula Santos (SMDHC - Egressos), Julia Lima (SMDHC - Egressos), Ellen Souza (SMDHC - CPDDH), Elisa de Lucas (SMDHC - CPIR).

Participantes Sociedade Civil: Marina Coutinho (Gab. Deputado Eduardo Suplicy), Leandro Freire (OAB), Laura, Maria, Aleandra (CAE I Gram Barão), Gilnai (Redenção na Rua), Fagner Bruno (Redenção na Rua), Andréia Silva (CnR), Rosimar Silva (CnR), Jaquécia Rodrigues dos Santos, Isabella Makmud, Samantha Moreira Villas Boas, Gercilia Gomes, Maria Lúcia da Silva, Cleide Regina de Sousa Teixeira, Gilson Aurélio dos Reis, Marina Lage Drummond, Malvina, Samira Alves Matos (CnR), Batia - Iya Batia de Oxum, Gustavo Ocete (CnR), Vitória de Castro (CnR), Giovana Lemes Campos, Jéssica Maria do Nascimento.

Participantes Organização Social: Allan Kell (Instituto Nova Rota), Hellen Baum (1ª Frente de Sobreviventes do Cárcere), Mary Jello (Coletivo Nós por Nós), Audrey Baz (Instituto Recomeçar), Cátia Kim (ITTC), Eliza Donda (ITTC), Joel Novaes (Instituto Recomeçar), Kaio Nunes (Instituto Ação pela Paz), Katherine Martins (Projeto Nova Rota), Luana Oliveira (Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio), Maria Railda Silva (Amparar), Sofia Fromer (ITTC), Miriam Duarte Pereira (Amparar), Verônica Ennes (Casa Flores), Patrícia Rodrigues (Instituto Nova Rota), Cleodivan (Instituto Recomeçar), Fábio Pereira (Amparar), Leonardo Precioso (Instituto Recomeçar), Keit Lima (RENFA), Gabriela Carvalho (ITTC), Maria Alice Pellegrini Vergueiro (Instituto Responsa), Gabriel Henrique (Recomeçar), Tempestade (FEDSP), Dóris (Instituto Responsa), Harumi Visconti (Instituto Pró-Bono), Luana de Oliveira (Rede de Proteção e Resistência com o Genocídio), Isis Teixeira (AMAP), Viviane Balbuglio (FEDSP), Fernanda Patrícia

(BOMPAR), Hívia Souza (BOMPAR), Jéssica (CnR), Núria Dias (BOMPAR), Cláudio Antônio (SEFRAS), Marisa Feffermann (RPRCG), Bruna Andrade (Iniciativa Negra), Cláudio Soares (Ad. Peniel/Associação Projeto Amor em Movimento).

Às 14:30 do dia 14 do mês de julho do ano de 2023, na Rua Líbero Badaró, 119, no auditório da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Reuniram-se os Srs. e Sras. indicados acima a fim de discutirem a pauta da reunião. A Sra. **Paula Santos** (SMDHC - Egressos) presidiu a reunião neste primeiro momento, tendo sido secretariada pela Sra. **Giovanna Carlos** (SMDHC - Egressos).

A Sra. Paula agradeceu a todos e todas presentes no evento, que encheu o auditório da Secretaria. Em seguida, passou a palavra para a Sra. Secretária, **Soninha Francine** (SMDHC - Gabinete). Em sua fala, Soninha apresentou as principais coordenações da Secretaria, que giram em torno de grupos socialmente compreendidos como minoritários que sofrem violações de direitos básicos/humanos como: Mulheres, Indígenas, Desaparecidos, LGBTQIA+, PopRua, Juventude, Idosos, Imigrantes, Trabalho Decente, Criança e Adolescente e, recentemente, a pauta da segurança alimentar foi incluída na secretaria por meio da COSAN (Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional). No momento em que apresentou a Coordenação de Promoção da Igualdade Racial, Soninha pediu palmas para a Sra. secretária executiva: Elisa Lucas, presente na reunião. Desta forma, a secretária concluiu que “tudo é direitos humanos, e direitos humanos é (*sic*) tudo”.

Segundo Soninha Francine, existe uma dificuldade imposta a todas as secretarias, mas em particular a SMDHC: o desafio de se fazer política pública que abarque todo um grupo de pessoas, mas que também olhe para as particularidades de cada vivência. Esse elemento particular é, em certa medida, segundo a fala da secretária, abarcado pelo mecanismo de emendas parlamentares. Isto é, destinação de recursos públicos vindos do legislativo e direcionado a projetos de instituições, organizações e movimentos da sociedade civil que conseguem direcionar ações para um recorte mais específico das populações que são pautas dentro da Secretaria. Em 2022, a SMDHC executou 90 emendas parlamentares de diversos gabinetes que, inclusive, uniam promoção de diversos direitos: educação, assistência, esporte, lazer, etc - ou seja, ações intersecretariais e transversais.

A secretária de Direitos Humanos e Cidadania completou que a chegada da política de atenção às pessoas egressas e seus familiares traz mais um momento para a política de direitos humanos. Neste sentido, Soninha acrescentou também que a atenção às pessoas egressas começa quando elas ainda estão privadas de liberdade, assim, a política poderá para pessoas encarceradas. Também reforçou a importância de espaços como o da reunião, onde há troca de informação e conhecimento para formulação da política na prática. Por fim, agradeceu a presença de todas as pessoas

no evento.

Em nome do Deputado Eduardo Suplicy, responsável pelo PL que deu origem à lei municipal 17.933/2023, a Sra. Marina foi apresentada como assessora jurídica do gabinete do atual Deputado. Iniciou sua fala enfatizando a importância da concretização da política a fim de atender as necessidades complexas e características da população egressa e seus familiares. Em seguida, em sua fala, Marina parabenizou a Secretária e a secretária, citando-a como co-autora do texto. Agradeceu também, em nome do Deputado, todas as pessoas empenhadas na frente pelo desencarceramento - fundamentais para a formulação da lei, citando, em especial as organizações: Amparar, ITTC, as unidades que aderiram a frente pelo desencarceramento e a atuação da Defensoria Pública.

A assessora ressaltou alguns pontos essenciais em relação à pauta, sobretudo no que diz respeito às dificuldades enfrentadas pela população egressa: a falta de gratuidade no transporte público e a estigmatização e preconceito em torno do ambiente do mercado de trabalho - algo a ser combatido. A mesma pontuou que, embora o gabinete valorize as diretrizes da lei, elementos importantes do PL não seguiram no texto aprovado da mesma forma, assim, é importante garantir o acesso da população alvo nos serviços das políticas públicas. Por fim, a Marina disse contar com o apoio da sociedade civil para pressionar o cumprimento da lei, e reforçou que o gabinete do Deputado está aberto para receber todas as pessoas que precisam.

A coordenadora Paula informou que a sra. dra. Anna Trotta teve que se ausentar, mas agradeceu a presença da Promotora.

Em seguida, Paula chamou V. Ex.^ª Sr. Dr. Luiz Antônio Cardoso, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que agradeceu a oportunidade de estar acompanhando este primeiro encontro e cumprimentou sinceramente todos e todas os proponentes e as proponentes envolvidos/as na formulação do PL. Em seguida, apresentou-se como pessoa que lida com execução criminal há 35 anos, desde 1988, seja como promotor, como conselheiro do conselho penitenciário e como desembargador. O mesmo se apresentou também como coordenador da Coordenadoria Criminal e de Execuções Criminais (CCCRIM) e é gestor do SEMEAR, Sistema Estadual de Métodos para Execução Penal e Adaptação Social do Recuperando, formado pelo Tribunal de Justiça, Secretaria de Administração Penitenciária e sociedade civil representada pelo Instituto Ação Pela Paz.

Dr. Luiz Antônio disse ainda que os esforços da segurança pública, para se tornarem efetivos, precisam ser voltados para reinserir a pessoa egressa - para além do aprisionamento. O desembargador também reconheceu que existem diversas críticas em relação ao TJ, no entanto, destaca que a política institucional é voltada para a “recuperação” das pessoas egressas. Com isto, falou que o Tribunal de Justiça de São Paulo “está às ordens”, e tem um relevante papel neste trabalho, condenando ações de violações de direitos humanos. Além disso, reforçou que existe dentro da instituição um trabalho especial voltado para o público da lei. Ofereceu cumprimentos ao sr.

Prefeito por sancionar a lei, desejou um bom encontro e considerou que os artigos da lei são suficientes para o desenvolvimento de um bom trabalho em relação à temática.

A sra. Paula seguiu com a palavra contextualização como a SMDHC tem atuado com a pauta e dizer o que pensou para este primeiro encontro. Desde fevereiro a secretaria tem trabalhado na pauta, mesmo antes da publicação da lei, já trilhando as propostas, diálogos e articulações, pensando como seria a concretização da política. Paula falou sobre a transversalidade do tema, que dialoga com outros setores da secretaria. Ou seja, a SMDHC, por meio de suas coordenações, já faz o atendimento de pessoas egressas e de seus familiares, sobretudo via Ouvidoria de Direitos Humanos. Paula apresentou a assessora Giovanna Carlos, cientista social de formação e parte da equipe da Coordenação da política. E a sra. **Julia Lima** (SMDHC - Egressos), estagiária de Serviço Social e também parte da equipe. Paula apresentou o setor que tem servido de apoio neste começo, a Coordenadoria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, representada pela sra. **Ellen Souza** (SMDHC - CPDDH).

Paula apresentou que desde a primeira reunião com a Secretária Soninha já foi pontuada a importância de um encontro com a sociedade civil para ouvir quem sempre esteve trabalhando na pauta seja com movimentos sociais, organizações, instituições ou de maneira autônoma ou ligada ao poder público. Essas pessoas são importantes para o desenho da política, de acordo com a fala da Coordenadora.

Para além da construção da política via coordenação setorizada, existe a previsão do acolhimento de denúncias de violações de direitos, já realizado pela Ouvidoria - nos Núcleos de Direitos Humanos espalhados pela cidade, ou pelo núcleo central, na SMDHC. Para falar sobre a ouvidoria, Paula chamou a sra. **Nathalia Prince** (SMDHC - ODH), assistente social da ouvidoria para uma fala sobre o papel desse espaço dentro da política. Nathalia apresentou que a ouvidoria conta com o núcleo central, principal, que fica no térreo da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, além deste, existem mais 10 núcleos de direitos humanos pela cidade, aliados aos “Descomplica”. O objetivo destes serviços é oferecer espaço seguro e escuta qualificada àqueles que tiveram seus direitos violados ou para aqueles que demonstraram dificuldade em acessar algum serviço público. A partir do recebimento da demanda, o caso é discutido pela equipe e há encaminhamento formal para o órgão responsável. Os meios de acesso são: livre demanda por ligação, carta (principalmente em relação às pessoas presas, que geralmente solicitam revisão criminal e denunciam tortura) e atendimento presencial. O atendimento inicial é feito por dois atendentes que oferecem escuta mais breve e entendem qual encaminhamento qualificado para responder a demanda. A partir disso, o caso é encaminhado para uma escuta qualificada - feita por advogados, psicólogos e assistentes sociais. Por fim, Nathalia desejou um bom encontro, agradeceu a oportunidade e reforçou a disponibilidade da ouvidoria.

Em seguida, foi apresentado um vídeo sobre a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho por parte da população egressa. O vídeo pode ser acessado no

link a seguir: <<https://youtu.be/8pL4d5BvnHs>>. Paula então apresentou o momento das falas que intercalaram sociedade civil e poder público. As pessoas interessadas em falar foram coletadas no início da reunião e tiveram 5 minutos de fala.

A primeira fala é do sr. **Leonardo Precioso** (Instituto Recomeçar). Leonardo parabenizou a iniciativa da Secretaria em promover o evento, apresentou-se como sobrevivente do cárcere e refletiu: “por que a gente só tem pauta de destaque quando a gente fere a sociedade?”

Então, apresentou o trabalho do Recomeçar que atua com parcerias com Ação pela Paz, Gerando Falcões, Brazil Foundation, entre outros. Em 2022, o Recomeçar atuou na região metropolitana de São Paulo, com sede em Poá, ação em Ferraz de Vasconcelos, São José do Rio Preto, Brasília e Recife - mais de 2500 pessoas sobreviventes do cárcere cadastradas. As pessoas atendidas passam por equipes multidisciplinares, com foco no “social”, estimulando o desenvolvimento pessoal do indivíduo, promovendo rodas de conversa (Papo Reto). Foram 135 pessoas recolocadas no mercado de trabalho no ano passado, 250 pessoas receberam qualificação profissional, além daqueles impactados com a “geração de renda indireta”, ou seja, que foram atrás de cursos profissionalizantes, faculdade e empregos autônomos.

Leonardo apresentou que o índice nacional de reincidência carcerária é de 43%, o de pessoas atendidas pelo Recomeçar é 1%. Ou seja, 99% das pessoas que passaram pelo Instituto, “continuaram em sociedade”, segundo o representante da OSC. Leonardo apresentou também as metas da organização: pretende-se atingir 3500 pessoas cadastradas esse ano, desenvolver mais de 1500 pessoas, 1000 participando do “Papo-Reto” com 1000 pessoas, gerar renda para mais de 400 pessoas e qualificar cerca de 150 pessoas. O representante do “Recomeçar” abordou que para realizar tudo isso, é necessário apoio do poder público, do judiciário e sociedade civil.

Em seguida, Leonardo exibiu um vídeo que demonstrava sua trajetória pessoal e a construção do “Recomeçar”.

A sra. secretária **Elisa de Lucas** (SMDHC - CPIR), Secretária Executiva da Coordenação de Promoção da Igualdade Racial, iniciou sua fala agradecendo pelo convite e oportunidade. A sra. Elisa relatou que a Coordenação ficou feliz com a criação da Coordenação voltada para as pessoas egressas e seus familiares. Segundo a fala, CPIR tem como objetivo acatar denúncia de vítimas de discriminação racial. A secretária também deu um panorama histórico: a maioria das pessoas egressas são pessoas negras, desde 1890, com a Lei da Vadiagem que proibiu pessoas sem emprego circularem nas ruas. Assim, historicamente, os presídios brasileiros foram e são espaços onde a população negra é maioria. Por fim, a sra. Elisa demonstrou apoio a nova coordenação, colocando à disposição os 8 (oito) centros de referência de promoção de igualdade racial: Cidade Tiradentes, Butantã, Vila Guilherme, Brasilândia, Parelheiros, Campo Limpo, Itaim Paulista, Centro. São equipamentos que contam com atendimento de advogados, assistentes sociais e psicólogos.

O sr. **Fábio Pereira** (Amparar) recebeu a fala e pontuou que é necessário que se

construa uma política de garantia de direitos, com todas as secretarias envolvidas. Segundo Fábio, é necessário também dar uma perspectiva de cidadania para as pessoas que compõem o público alvo. Também citou a importância da vinculação das políticas federais com o município - o município tenta "se livrar" ao colocar a responsabilidade para o Estado, mas a prisão "não é uma ilha" e a pessoa que está presa é munícipe e precisa estar vinculada aos equipamentos públicos da cidade. Para Fábio, municipalizar a política é importante para o trabalho de prevenção e também de atenção completa garantindo que essa pessoa não seja vista "apenas" por sua relação com o judiciário, mas seja vista como cidadã com direitos básicos e acesso aos serviços básicos.

O sr. **André Garcia** (FUNAP) apresentou as bases do trabalho da FUNAP com: educação, educação profissionalizante, trabalho e ressocialização. André apresentou a FUNAP como um órgão estadual com obrigação de trabalhar na ressocialização das pessoas que passaram pelo sistema carcerário e também a inclusão de suas famílias. Apresentou que são cerca de 181 unidades prisionais espalhadas, e que o trabalho feito é para que essas pessoas não retornem às unidades. Para tanto, o trabalho é feito a partir de estratégias e projetos que garantam a autonomia da pessoa como são os cursos profissionalizantes, por exemplo, que garantem uma atuação autônoma, driblando o preconceito das empresas que não aceitam pessoas egressas. A fala de André também apresentou que a FUNAP conta com 50 grandes oficinas próprias pelo Estado com capacidade para atender mais de 4000 pessoas. Existem também as oficinas que são feitas em espaços externos e privados, a partir da articulação do Estado com empresas e fábricas parceiras. São quase 50.000 pessoas trabalhando, cerca de 400 pessoas estão cursando ensino superior gratuitamente com universidades que vão até as unidades. André citou que não existe medida padrão, a proposta é oferecer diversos trabalhos a partir do entendimento da diversidade do público. Completou dizendo que o trabalho é um elemento importante para que não se perca o vínculo com a família - sobretudo nos projetos que são feitos para venda, gerando renda para os familiares. Por fim, André defendeu que política pública deve passar pelo o que funciona.

A sra. **Cátia Kim** (ITTC) lembrou que a construção da política em questão teve muita articulação e muito diálogo, desde 2017, com o PL proposto. Cátia também divulgou as ideias, textos e a produção de dados feita pelo ITTC. A representante quis dar luz a alguns pontos importantes como: necessidade de levantamento de dados qualitativos do público - a médio e longo prazo -, espaços de construção que sejam de fato abertos para o público alvo, os mesmos são importantes para monitoramento e avaliação da política.

Cátia passou então a fala para a sra. **Eliza Donda** (ITTC) que apresentou o projeto Mulheres Migrantes que trabalha com mulheres que estão em conflito com a Lei, sejam egressas ou privadas de liberdade. O trabalho é desenvolvido há 26 anos mas, segundo Eliza, é necessário avançar bastante ainda. A legislação aprovada é um

passo importante, avaliou Eliza, sobretudo no que diz respeito às articulações entre políticas. A representante citou que são muitos os casos de mulheres que não recebem abrigo, que não tem moradia fixa para cumprir medida domiciliar, que não conseguem acesso ao SUS, e, assim, pede-se para que as secretarias acolham as demandas para que essas políticas sejam de fato universalizadas. A fala continuou com a sugestão de se criar uma Rede ou comissão para tratar cada ponto da política, e ressaltou a importância de se abordar a perspectiva de gênero, sobretudo quando se falam em famílias. Por fim, citou a importância de espaço para formação, demonstrando que o ITTC está disponível para contribuir.

A sra. **Yara Toscano** (SAP - CRSC) apresentou quatro pontos fundamentais e urgentes: rede de políticas articuladas; população em situação de rua, que necessita de políticas direcionadas a essas pessoas, com olhar em foco e moradia; políticas públicas de trabalho, existe uma política federal que obriga empresas com licitação a contratarem mão de obra egressa ou que esteja cumprindo pena, decreto estadual que funciona, segundo avaliação de Yara, apesar das poucas vagas de trabalho; e política municipal de Pró-Egresso, retomar lei que existe desde 2009, e que segue o modelo da política federal.

O sr. **Samuel Friedman** (DPE) chamou atenção para incluir adolescentes egressos da Fundação Casa no debate sobre essa nova política. Citou medidas como a do CNJ, que podem ser articuladas para funcionar no município.

Em seguida, a sra. Paula anunciou a pausa para o *coffee-break*.

Logo após o *Coffee Break*, a sra. Giovanna Carlos (SMDHC - Egressos) assumiu a mediação do encontro e chamou o sr. **Leandro Freire** (OAB - SP) para a retomada das falas. O mesmo deu início apresentando o Núcleo de Inspeções Prisionais, criado pela Comissão de Direitos Humanos e pela Comissão de Política Criminal e Penitenciária, que visa aproximar-se da realidade das unidades prisionais, bem como das famílias, e tem sua atuação pautada na denúncia de violações de direitos fundamentais na condução dos processos penais e nos cárceres. Disse também, que para a efetividade das políticas públicas e promoção de direitos, faz-se necessário o reconhecer o racismo e o punitivismo enraizados na sociedade brasileira e a reprodução social de tais ideologias pelos agentes penitenciários, sendo fundamental a existência de espaços de discussão que possibilitem o rompimento estereótipos e preconceitos.

Por fim, atribuiu ao município a responsabilidade de promover espaços de fala e a participação social da população egressa do sistema prisional e familiares de pessoas, bem como a criação de uma comissão que permita a participação ativa de familiares de indivíduos privados de liberdade e membros da sociedade civil, visando a efetividade de políticas públicas.

A Sra. Giovanna (SMDHC - Egressos) passou a fala para o sr. **Cláudio Antônio** (SEFRAS), que por meio de relatos sobre o período em esteve no cárcere, ressaltou a importância da implementação de políticas públicas e ações culturais tanto para a população restrita de liberdade quanto para população egressa do sistema prisional,

visando combater a *reincidência* no sistema prisional, o aumento da população em situação de rua, além de proporcionar uma fonte de renda alternativa. Reiterou também que é de extrema importância a criação de programas e projetos voltados à empregabilidade e geração de renda da população egressa.

Em seguida, o sr. **Kaio Nunes** (Ação pela Paz) iniciou sua fala contextualizando e caracterizando o trabalho da organização Ação pela Paz a qual, através do SEMEAR, atua realizando ações nas unidades prisionais e diretamente com a população egressa do sistema prisional, por meio de organizações parceiras, como o Recomeçar, Nova Rota e Responsa. Disse também que, em 2022, em parceria com a SAP, realizaram uma pesquisa a qual revelou que, de 2015 a 2021, 84% das pessoas atendidas pelos projetos apoiados, citados anteriormente, não retornaram ao cárcere. Concluiu reafirmando que devem ser desenvolvidas mais ações e medidas para evitar a *reincidência*.

Na sequência, a Sra. **Tempestade** (FEDSP) direcionou sua fala à Sra. Marina, assessora do Gabinete do Deputado Eduardo Suplicy, e relatou o desenvolvimento de um projeto pelos movimentos sociais em colaboração com o PT (Partido dos Trabalhadores). Nesse projeto, estabelecia-se que as empresas detentoras de licitações da Prefeitura deveriam reservar de 25% a 30% das vagas de emprego para egressos do sistema prisional. Entretanto, durante a pandemia da COVID-19, a proposta foi paralisada. Ao retomarem as discussões, foi proposto um percentual de apenas 0,5% de vagas destinadas aos egressos, o que gerou contestações e culminou no arquivamento do projeto.

A Sra. Tempestade mencionou o alto valor da pena de multa e argumentou sobre a necessidade de sua extinção, considerando a falta de acesso a direitos básicos durante o período de encarceramento. Além disso, destacou que a não quitação da multa acarreta a inclusão da dívida na lista de débitos ativos, dificultando a aquisição de qualquer bem. Também abordou os casos de indivíduos que acabam cumprindo um tempo de prisão superior à pena original devido a negligências do sistema e a problemática da superlotação nas unidades prisionais.

Em suas palavras, expressou a ideia de que a multa, na verdade, atua como uma espécie de “carta de alforria”, permitindo o retorno do indivíduo à sociedade. Além disso, ressaltou a importância das denúncias anônimas feitas pelo NESC, enfatizando que esse anonimato é essencial para não comprometer as pessoas que se dispõem a denunciar.

A Sra. Giovanna (SMDHC - Egressos) passou a fala à sra. **Patrícia Rodrigues** (Nova Rota), a qual iniciou descrevendo a organização e ações do projeto. Disse que atuam na distribuição de bolsas estudantis, em todos os níveis de formação, para pessoas egressas do sistema prisional. Mencionou ainda, que no momento, são 18

bolsistas no projeto, divididos entre São Paulo e Rio de Janeiro, e que estes recebem apoio de mentores, visando a permanência no meio estudantil. Concluiu dizendo que o projeto é financiado por doações e não tem fins lucrativos.

Em seguida, a sra. **Keit Lima** (RENFA) descreveu a RENFA enquanto um coletivo com orientação antirracista, antiproibicionista e abolicionista. Sendo sua postura contrária às prisões, uma vez que as considera espaços de tortura, massacre e privação de direitos, especialmente para a população negra, enfatizando a importância de compreender o perfil daqueles que se encontram privados de liberdade.

Destacou que o primeiro 1º Encontro da Política Municipal de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares e outras ações são também resultados da mobilização e articulação dos movimentos sociais. Congratulou ainda, a Sra. Paula (SMDHC - Egressos), coordenadora do setor, por sua atuação e engajamento na pauta.

Ressaltou a relevância de ter familiares de pessoas em privação de liberdade e egressos do sistema prisional atuando no poder legislativo, defendendo seus interesses, como forma de evitar a promulgação de leis com vetos prejudiciais. Além disso, salientou a necessidade de conferir humanidade a esses indivíduos que estão restritos de liberdade, buscando resgatar a dignidade e os direitos desses corpos marginalizados.

Por fim, Keit chamou a sra. **Mary Jello** (Por nós), a qual relatou suas experiências durante o período de encarceramento, bem como suas atividades e colaborações com movimentos sociais, destacando especialmente sua participação nas ações voltadas para as "saidinhas". Ela enfatizou que o cenário de massacre é diário e contínuo, especialmente para as mulheres encarceradas, e ressaltou as dificuldades enfrentadas no acesso à saúde e itens de higiene pessoal, que são praticamente inexistentes dentro das unidades prisionais.

De acordo com seu testemunho, Mary afirmou que o regime semiaberto é ilusório, já que não proporciona oportunidades de educação, trabalho ou alimentação adequada, resultando em uma *reintegração* desamparada na sociedade após o cumprimento da pena, como se a pessoa “fosse simplesmente jogada às ruas”.

Outro ponto abordado foi a questão da pena de multa imposta no momento da saída do cárcere. Ela salientou que, caso a multa não seja quitada, não há possibilidade de regularizar documentos essenciais, como o título de eleitor, o que gera ainda mais obstáculos para a participação social. Além disso, mencionou a falta de garantia de moradia após a saída, o que agrava ainda mais a situação dos egressos do sistema prisional.

A seguir, a Sra. Giovanna (SMDHC - Egressos), passou a fala para o sr. **Cláudio Soares** (Ad. Peniel/Associação Projeto Amor em Movimento), que relatou sua atuação

junto às pessoas em privação de liberdade. Ressaltou que muitas famílias não possuem a devida estrutura para lidar com a situação de ter um membro no sistema prisional, uma vez que nem sempre estão preparadas para enfrentar a realidade de envolvimento com drogas de um familiar. Diante dessa constatação, Cláudio enfatizou a importância de prover apoio e cuidado às famílias que se encontram nessa situação, bem como é fundamental compreender e abordar suas necessidades específicas, uma vez que elas também enfrentam desafios significativos.

Logo após, a sra. **Helen Baum** (1ª Frente de Sobreviventes do Cárcere) relatou que a Frente foi estabelecida em outubro de 2020, em ocasião dos 30 anos do Massacre do Carandiru. Com base em suas experiências pessoais, ela mencionou ter passado três anos tentando entrar em contato com a FUNAP para obter informações sobre o andamento de seu processo. Enfatizando também que a maioria das mulheres no sistema prisional enfrenta desafios no acesso adequado à educação.

Em suas declarações, Helen reiterou a importância de considerar a questão racial no contexto do sistema prisional. Ela também compartilhou que foi condenada como traficante, embora fosse apenas dependente química, destacando o aumento de pena ao tentar recorrer da decisão.

A respeito da pena de multa, mencionou que, caso não seja paga, a mesma é inscrita na dívida ativa, acarretando a impossibilidade de regularização de documentos e participação social. Além disso, relatou que ao sair da prisão, recebeu acolhimento de pessoas egressas e que não haviam vagas adequadas para sua qualificação no progresso, tendo em vista sua graduação em direito, e os cursos oferecidos pela FUNAP eram voltados principalmente para trabalhos operacionais.

Questionou os gastos do sistema prisional, citando a manutenção das unidades prisionais realizada pelas mulheres detentas, a questão da qualidade da comida fornecida e a falta de oportunidades de trabalho para as mulheres em regime semiaberto, bem como a restrição de acesso à cultura. Ela também abordou a questão do Artigo 202 da Lei de Execução Penal (LEP), destacando a falta de efetividade das políticas públicas e da própria LEP.

Em seguida, a Sra. **Camila Tourinho** (DPE - NESC) enfatizou a relevância da participação ativa da população egressa e familiares no processo de formulação das políticas relacionadas à pauta. Solicitando, assim, um espaço adequado de reuniões e debates, que permita a contribuição desses grupos.

Além disso, Camila ressaltou a necessidade de um atendimento e escuta especializados para lidar com as dificuldades enfrentadas por essas pessoas, tais como a retirada e regularização de RG e o acesso a benefícios de transferência de renda, entre outros. Destacando a importância de um atendimento tanto individual quanto coletivo para atender às necessidades específicas dos envolvidos.

Defendeu também a promoção de vagas de emprego e programas direcionados ao público alvo, incluindo a oferta de benefícios como transporte. Além disso, enfatizou a importância de elaborar um plano de desencarceramento e atuar de forma preventiva com a população pré-egressa. Sendo essencial que o município tenha um conhecimento aprofundado sobre seus municípios, mesmo aqueles que estejam em unidades fora do território municipal, pois, tanto dentro como fora das unidades prisionais, o acesso a direitos é limitado.

A seguir, Giovanna anuncia que ao final do evento será apresentada a proposta de GT (Grupo de Trabalho) e pede a todos que permaneçam até o encerramento, se possível. Assim, passa a fala para a sra. **Verônica** (Casa Flores), que iniciou a apresentação oferecendo espaço para a fala das pessoas egressas, no tempo de exposição da organização. Após não haver manifestações, descreveu a atuação da Casa Flores, que tem foco no acompanhamento integral de mulheres sobreviventes do cárcere. Dentre as principais atividades da organização, destacam-se campanhas de mobilização e ações relacionadas ao desencarceramento e políticas de drogas.

A abordagem do projeto concentra-se na aceleração do desenvolvimento das mulheres em cinco âmbitos fundamentais: atendimento jurídico, socioeducativo, educacional, trabalho e renda. Ao oferecer suporte nessas áreas, a Casa Flores visa possibilitar uma *reintegração* mais completa e efetiva das mulheres à sociedade após o período de encarceramento.

Quanto à legislação, Verônica mencionou a importância de sistematizar dados para produzir informações que fundamentem as denúncias feitas pela população e ressaltou a relevância da participação social na monitoração e construção de políticas, visando aperfeiçoar o sistema e promover mudanças significativas para a população egressa.

Posteriormente, a sra. **Miriam Duarte Pereira** (Amparar) posicionou-se como mãe de uma pessoa em restrição de liberdade e compartilhou os sofrimentos enfrentados pelas mulheres, tanto dentro quanto fora do cárcere. Ela destacou as dificuldades vivenciadas durante as visitas e ressaltou os estereótipos e preconceitos enfrentados pelas mulheres que visitam seus filhos.

Miriam reiterou que as unidades prisionais são espaços de tortura, onde as pessoas adoecem devido à insalubridade e aos traumas sofridos. Ela mencionou a falta de acesso a direitos básicos e programas de atendimento dentro dessas unidades, como o caso da FUNAP.

Também enfatizou a ausência de apoio e atendimento adequado às famílias dos presos, tornando-as invisíveis diante das violências sofridas. Lamentou o tratamento que a família de um preso muitas vezes recebe, sendo associada ao crime e, caso denuncie alguma irregularidade, estereotipada como traficante.

Por fim, Miriam ressaltou a necessidade de oportunidades para o público da política e a importância de uma rede de proteção efetiva, durante a pandemia e no período pós-pandêmico, e chamou, sua colega de trabalho e de luta, a sra. **Maria Railda Silva** (Amparar) para falar.

Assim, sra. Maria Railda expressou sua visão sobre o sistema prisional, descrevendo-o como um ambiente que causa adoecimento e que não há acesso a direitos e políticas públicas. Ela reforçou a ideia de que o regime semiaberto não é verdadeiramente efetivo e ressaltou o recorte de raça e classe dentro do sistema prisional, indicando o perfil predominante das pessoas que estão presas, sendo esse de homens pretos e pardos e de baixa renda.

Além disso, mencionou as condições de tortura enfrentadas tanto pelos presos quanto por seus familiares, tendo em vista que as visitas e revistas vexatórias resultam em humilhação para as famílias que desejam visitar seus filhos que estão presos. Ela enfatizou já que é dever do Estado fiscalizar as condições precárias das unidades prisionais, pois a maioria das denúncias é feita pelas famílias, que se veem obrigadas a assumir esse papel de fiscalização.

Assim, concluiu sua fala ressaltando a importância de ocupar espaços e dos familiares manifestarem suas vozes, rejeitando a ideia de que se tratam de famílias desestruturadas, uma vez que o sistema nega diversas oportunidades e direitos muito antes do cárcere. Para ela, o sistema prisional almeja quebrar os vínculos familiares, sendo fundamental lutar contra esse cenário e defender os direitos e dignidade de todos os envolvidos.

Seguidamente, a sra. Giovanna (SMDHC - Egressos) encerrou o bloco de falas agradecendo a existência e a presença dos presentes no evento, ressaltando a força daqueles que sobreviveram ao cárcere, e passou a fala para a sra. Paula (SMDHC - Egressos) que deu início a apresentação do GT.

A sra. Paula começou agradecendo aos participantes do evento e explicou que a proposta surgiu da necessidade de estabelecer uma relação entre o governo e a sociedade civil, visando à construção da política municipal de forma participativa. Disse que o GT tem como proposta inicial a duração de 6 (seis) a 12 (doze) meses, sendo uma reunião por mês, na segunda terça-feira de cada mês, com objetivo identificar as demandas do público-alvo e as possibilidades de oferta que cada órgão pode incluir em suas atribuições.

Informou que o intuito é que tenham representantes do governo e da sociedade civil e que a primeira reunião acontecerá no dia 08 de agosto de 2023. Assim, solicitou que os interessados em participar se manifestassem e encerrou o evento agradecendo novamente a presença de todos e colocando a equipe à disposição para demais conversas, dúvidas e sugestões

ANEXO 1
Lista de siglas

1. SAP - Secretaria Estadual de Administração Penitenciária;
2. DRAEFCRM - Diretoria Regional de Atenção ao Egresso e Família Capital e Região Metropolitana;
3. NESC - Núcleo Especializado de Situação Carcerária;
4. DPE - Defensoria Pública do Estado de São Paulo;
5. NDH - Núcleo de Direitos Humanos;
6. FUNAP - Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel”;
7. SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;
8. ODH - Ouvidoria de Direitos Humanos;
9. NCDH - Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos;
10. OAB - Ordem dos Advogados do Brasil;
11. MPSP - Ministério Público do Estado de São Paulo;
12. CAMCrim - Centro de Atendimento Multidisciplinar da Regional Criminal;
13. PPCAAM - Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do Estado de São Paulo;
14. CRSC - Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania;
15. ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania;
16. CnR - Consultório na Rua;
17. RENFA - Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas;
18. FEDSP - Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo;
19. AMAP - Associação Mãe Peregrina;
20. RPRCG - Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio;
21. CPDDH - Coordenadoria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos;
22. SEMEAR - Sistema Estadual de Métodos para Execução Penal e Adaptação Social do Recuperando.